

**Ccent. 36/2025**  
**Médis/Esfera**

**Decisão de Não Oposição**  
**da Autoridade da Concorrência**

[alínea b) do n.º 1 do artigo 50.º da Lei n.º 19/2012, de 8 de maio]

16/06/2025

**DECISÃO DE NÃO OPOSIÇÃO  
DA AUTORIDADE DA CONCORRÊNCIA**

**Processo Ccent. 36/2025 – Médis/Esfera**

**1. OPERAÇÃO NOTIFICADA**

1. Em 16 de maio de 2025, foi notificada à Autoridade da Concorrência (“AdC”), nos termos dos artigos 37.º e 44.º da Lei n.º 19/2012, de 8 de maio (“Lei da Concorrência”), a operação de concentração que consiste na aquisição, pela Médis – Serviços de Saúde, S.A. (“Médis”, “Notificante” ou “Adquirente”), do controlo exclusivo da Físio Share – Gestão de Clínicas, S.A., e, indiretamente, das suas subsidiárias (em conjunto, “Grupo Esfera” ou “Adquirida”).
2. As atividades das empresas envolvidas na operação notificada (“Partes”) são as seguintes:
  - **Médis** – Integra o Grupo Ageas, que tem como atividade principal a prestação de seguros e resseguros de vida e não vida na Europa e Ásia. Em Portugal, o Grupo Ageas dedica-se principalmente à prestação de seguros de vida e não vida e de cuidados de saúde.

O volume de negócios realizado pela Notificante, em 2023, foi de €[>100] milhões em Portugal, de €[>100] milhões no Espaço Económico Europeu e de €[>100] milhões a nível mundial.
  - **Grupo Esfera** – Dedicado principalmente à prestação de serviços de medicina física e de reabilitação, através de dezanove clínicas próprias na Área Metropolitana de Lisboa (“AML”) e no norte de Portugal. Na sua clínica de Braga, oferece ainda consultas de gastroenterologia e, nas suas clínicas dos Carvalhos, Famalicão e Ponte de Lima, de forma irregular e muito residual, serviços de outras especialidades.

O volume de negócios realizado pela Adquirida, em 2023, foi de €[<100] milhões em Portugal.
3. A operação notificada configura uma concentração de empresas na aceção da alínea b) do n.º 1 do artigo 36.º da Lei da Concorrência, conjugada com a alínea a) do n.º 3 do mesmo artigo, e está sujeita à obrigatoriedade de notificação prévia, por preencher as condições enunciadas na alínea c) do n.º 1 do artigo 37.º do mesmo diploma.
4. A operação notificada tem incidência em mercados objeto de regulação setorial, a cargo da ERS – Entidade Reguladora da Saúde (“ERS”), à qual foi solicitado parecer, nos termos do n.º 1 do artigo 55.º da Lei da Concorrência, analisado em secção própria da presente Decisão.

**Nota: indicam-se entre parêntesis retos [...] as informações cujo conteúdo exato haja sido considerado como confidencial.**

## **2. MERCADOS RELEVANTES e AVALIAÇÃO JUSCONCORRENCIAL**

### **2.1. Mercados Relevantes**

5. A Adquirida dedica-se à prestação de serviços de medicina física e de reabilitação e de consultas de gastroenterologia na AML e no norte de Portugal.
6. Em Portugal, a Adquirente dedica-se à prestação de serviços de saúde.<sup>1</sup> O seu grupo económico — o Grupo Ageas — dedica-se a uma gama ampla de atividades, incluindo a prestação de seguros e resseguros de vida e de não-vida, a gestão de fundos de pensões, a prestação de cuidados de saúde, a gestão de centros comerciais e a várias operações do setor imobiliário.
7. De acordo com a prática decisória da AdC, as atividades das Partes enquadram-se em sete mercados relevantes e em dois mercados relacionados.
8. Os do primeiro grupo são<sup>2</sup>: (ai) o mercado de prestação de serviços de medicina física e reabilitação por unidades privadas na AML<sup>3</sup>; (aii) o mercado de prestação de serviços de medicina física e reabilitação por unidades privadas na área de influência de Aveiro; (aiii) o mercado de prestação de serviços de medicina física e reabilitação por unidades privadas na Área Metropolitana do Porto; (aiv) o mercado de prestação de serviços de medicina física e reabilitação por unidades privadas na área de influência de Amarante e Felgueiras; (av) o mercado de prestação de serviços de medicina física e reabilitação por unidades privadas na área de influência de Braga, Guimarães, e Famalicão; (avi) o mercado de prestação de serviços de medicina física e reabilitação por unidades privadas na área de influência do Alto Minho; e (avii) o mercado de prestação de serviços de gastroenterologia por unidades privadas na área de influência de Braga.
9. Os do segundo grupo são<sup>4</sup>: (bi) o mercado de seguros de saúde em Portugal; e (bii) o mercado de seguros de trabalho em Portugal.

---

<sup>1</sup> Disponibiliza, nomeadamente, consultas de telemedicina, a aplicação Médis Active (*app* de programas de formação e bem-estar), uma plataforma de intermediação para produtos de saúde e bem-estar e um cartão de fidelização com acesso a descontos numa rede de comerciantes.

<sup>2</sup> Ver, e.g., as decisões nos processos Ccent. 38/2024 – *Ageas Portugal/One Clinics*, de 22.07.2024; Ccent. 56/2023 – *CUF/CMAS*, de 17.10.2023; Ccent. 2/2023 – *CUF/HIA*, de 22.03.2023, e Ccent. 39/2012 – *Sanfil/Centro Hospital S. Francisco*, de 12.10.2012.

<sup>3</sup> A área de influência de uma unidade de saúde corresponde a um tempo de deslocação em automóvel até 30 minutos.

<sup>4</sup> Ver, e.g., as decisões nos processos Ccent. 6/2018 – *Luz Saúde/Idealmed III\*Imacentro\*Ponte Galante*, de 15.05.2018; Ccent. 21/2015 – *Luz Saúde/Ativos Casa de Saúde de Guimarães*, de 12.06.2015; e Ccent. 26/2014 – *Fidelidade/Espírito Santo Saúde*, de 19.12.2014.

**Nota: indicam-se entre parêntesis retos [...] as informações cujo conteúdo exato haja sido considerado como confidencial.**

## **2.2. Avaliação Jusconcorrencial**

10. Nos mercados relevantes acima identificados, só existe sobreposição horizontal entre as atividades das Partes no mercado de prestação de serviços de medicina física e reabilitação por unidades privadas na AML, *(ai) supra*. De acordo com a Notificante, em 2023, a quota de valor conjunta das Partes nesse mercado foi de [5-10]%. Nos restantes mercados relevantes, *(aii) a (avii) supra*, a quota de valor da Adquirida não excedeu os [10-20]%.
11. De acordo com a Notificante, nos mercados relacionados, em 2023, as quotas de valor do Grupo Ageas no mercado de seguros de saúde em Portugal, *(bi) supra*, e no mercado de seguros de acidentes de trabalho em Portugal, *(bii) supra*, foram de [20-30]% e [5-10]%, respetivamente.
12. Os acordos do Grupo Esfera com o Serviço Nacional de Saúde geraram, em 2023, cerca de [80-90]% das suas receitas. Para além disso, o Grupo Esfera tem acordos com as principais seguradoras, incluindo o Grupo Ageas. Estes últimos, em 2023, geraram menos de [0-5]% das suas receitas.
13. Tendo em conta a dimensão relativa das quotas das Partes nos mercados considerados, assim como das transações entre as mesmas, é implausível que a operação notificada aumente significativamente a capacidade de exercício de poder de mercado ou de exclusão dos rivais.
14. Nestas condições, é implausível que a operação notificada seja suscetível de criar entraves significativos à concorrência efetiva nos mercados relevantes e relacionados acima identificados.

## **3. PARECER DO REGULADOR SETORIAL**

15. A ERS, no seu parecer, não se opõe à realização da operação notificada, atendendo, em síntese, a que os níveis de concentração não suscitam qualquer preocupação, quer antes, quer depois da operação notificada, e a que, no que respeita à relação vertical, não se preveem eventuais impactos jusconcorrenciais negativos no setor da saúde.

## **4. AUDIÊNCIA PRÉVIA**

16. Nos termos do n.º 3 do artigo 54.º da Lei da Concorrência, foi dispensada a audiência prévia da Notificante, dada a ausência de interessados que se tenham manifestado contra a realização da operação notificada e o sentido da decisão, que não é desfavorável à Notificante.

**Nota: indicam-se entre parêntesis retos [...] as informações cujo conteúdo exato haja sido considerado como confidencial.**

## **5. CLÁUSULAS RESTRITIVAS ACESSÓRIAS**

17. Nos termos do n.º 5 do artigo 41.º da Lei da Concorrência, a decisão que autoriza uma operação de concentração abrange igualmente as restrições diretamente relacionadas com a sua realização e à mesma necessárias.
18. As referidas cláusulas devem ser analisadas à luz da prática decisória da AdC e da Comunicação da Comissão relativa às restrições diretamente relacionadas e necessárias às concentrações (“Comunicação”).<sup>5</sup>
19. A Notificante apresentou justificação para as cláusulas eventualmente restritivas da concorrência abaixo enunciadas, que considera diretamente relacionadas e necessárias à realização da operação notificada.

### **Das cláusulas de não concorrência e de não solicitação**

20. O acordo na base da operação notificada estabelece cláusulas de não concorrência e de não solicitação nos seguintes termos:
21. Os [Confidencial – teor de contrato].
22. Nos termos [Confidencial – teor de contrato].<sup>6,7</sup>
23. Os [Confidencial – teor de contrato].

### **Da cláusula de confidencialidade**

24. O acordo na base da operação notificada estabelece uma obrigação de confidencialidade [Confidencial – teor de contrato].

---

<sup>5</sup> Publicada no JOUE C 56, de 05.03.2005, pp. 24 e ss. A Comunicação espelha a prática decisória da Comissão e a jurisprudência do Tribunal de Justiça da União Europeia em matéria de restrições acessórias da concorrência no âmbito do controlo de concentrações.

<sup>6</sup> Partes [Confidencial – teor de contrato].

<sup>7</sup> Os [Confidencial – teor de contrato].

**Nota: indicam-se entre parêntesis retos [...] as informações cujo conteúdo exato haja sido considerado como confidencial.**

### **Posição da AdC**

#### **Das cláusulas de não concorrência e de não solicitação**

25. Em relação à obrigação de não concorrência enunciada *supra*, §§ 21 e 22, a mesma é apenas parcialmente considerada restrição diretamente relacionada e necessária à realização da operação notificada, visando a proteção do valor integral dos ativos a adquirir.
26. Nesta medida, a obrigação de não concorrência em causa está coberta pela presente decisão, pelo período de três anos a partir da data da produção de efeitos, apenas no respeitante à vinculação dos vendedores identificadas e respetivos acionistas e empresas em relação de grupo com os mesmos, nos termos n.º 2 do artigo 3.º da Lei da Concorrência, e apenas por referência às atividades concorrentes das da Adquirida e respetivos mercados geográficos à data da celebração do acordo na base da operação notificada.
27. As facetas da sobredita cláusula que extravasam os pontos anteriores não são consideradas indispensáveis para garantir a transferência do valor integral da Adquirida.
28. E mais se considera que a aquisição ou a manutenção de ações unicamente para fins de investimento financeiro e que não confirmam, direta ou indiretamente, funções de gestão ou uma influência efetiva na empresa concorrente não são consideradas indispensáveis para garantir a transferência do valor integral da Adquirida, não estando, por conseguinte, abrangidas pela presente decisão.<sup>8</sup>

#### **Cláusula de não solicitação**

29. Em relação à obrigação de não solicitação *supra* enunciada, § 23, a mesma é apenas parcialmente considerada uma restrição diretamente relacionada e necessária à realização da operação notificada.
30. Nesta medida, a obrigação de não solicitação em causa está coberta pela presente decisão, pelo período convencionado acima descrito, apenas no respeitante à vinculação dos vendedores identificados e respetivos acionistas e empresas em relação de grupo com os mesmos, nos termos do n.º 2 do artigo 3.º da Lei da Concorrência, e apenas em relação a colaboradores que, à data da celebração do acordo na base da operação notificada, sejam essenciais, nomeadamente pelo seu saber-fazer, para a manutenção do valor integral da Adquirida.<sup>9</sup>

#### **Da cláusula de confidencialidade**

31. Em relação à obrigação de confidencialidade *supra* enunciada, § 24, na medida em que dela possam decorrer restrições da concorrência, a mesma é apenas parcialmente considerada diretamente relacionada e necessária à realização da operação notificada.
32. Nesta medida, a obrigação de confidencialidade em causa está coberta pela presente decisão, pelo período máximo de três anos a partir da data de produção de efeitos, apenas no que respeita à vinculação dos vendedores e respetivos acionistas e empresas em relação

---

<sup>8</sup> Comunicação, §§ 18-25.

<sup>9</sup> Comunicação, §§ 18-24 e 26.

de grupo com os mesmos, nos termos do n.º 2 do artigo 3.º da Lei da Concorrência (em benefício do comprador).<sup>10</sup>

## **6. DELIBERAÇÃO DO CONSELHO**

33. Face ao exposto, o Conselho de Administração da Autoridade da Concorrência, no uso da competência que lhe é conferida pela alínea d) do n.º 1 do artigo 19.º dos Estatutos, aprovados pelo Decreto-Lei n.º 125/2014, de 18 de agosto, adota uma decisão de não oposição à operação de concentração, nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 50.º da Lei da Concorrência, uma vez que a mesma não é suscetível de criar entraves significativos à concorrência efetiva no mercado nacional ou em parte substancial deste.

Lisboa, 16 de junho de 2025

O Conselho de Administração da Autoridade da Concorrência,

**X**

---

Nuno Cunha Rodrigues  
Presidente

**X**

---

Miguel Moura e Silva  
Vogal

**X**

---

Ana Sofia Rodrigues  
Vogal

---

<sup>10</sup> Comunicação, §§ 18-24 e 26.

**Nota: indicam-se entre parêntesis retos [...] as informações cujo conteúdo exato haja sido considerado como confidencial.**

## **Índice**

1. OPERAÇÃO NOTIFICADA .....	2
2. MERCADOS RELEVANTES e AVALIAÇÃO JUSCONCORRENCIAL .....	3
2.1. Mercados Relevantes .....	3
2.2. Avaliação Jusconcorrencial .....	4
3. PARECER DO REGULADORES SETORIAL.....	4
4. AUDIÊNCIA PRÉVIA .....	4
5. CLÁUSULAS RESTRITIVAS ACESSÓRIAS .....	5
6. DELIBERAÇÃO DO CONSELHO .....	7

**Nota:** indicam-se entre parêntesis retos [...] as informações cujo conteúdo exato haja sido considerado como confidencial.